

QUANDO A IDENTIDADE É RELATIVA: ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO ÉTNICA E ACESSO A RECURSOS NATURAIS EM TI DO MÉDIO RIO PURUS

Voyner Ravena Cañete
Cleide Lima de Souza
Thales Maximiliano Ravena Cañete

RESUMO: As questões indígenas na Amazônia Brasileira são complexas, marcadas pelas dificuldades originadas na interação entre as cosmogonias indígenas e as representações da sociedade envolvente marcada pela intolerância a essa diversidade. O balanço desses conflitos traduz-se na submissão dessas etnias à *rationale* da sociedade do entorno. Na Amazônia, essa dinâmica apresenta uma particularidade: a pré-modernidade das relações de poder que ocorrem nesses territórios. O mando local e a ausência de instituições que garantam direitos civis são a realidade de muitos municípios amazônicos. Em Lábrea e Tapauá, no médio Rio Purus, essa dinâmica é notória. O município de Lábrea está na Terra Indígena Caititu. Nesta, convivem os Apurinã, Jamamadi e Paumari. Essas etnias são vistas pelos indivíduos da sociedade envolvente como preguiçosas, inconstantes e avessas ao trabalho. Esse estereótipo é simultâneo a um fenômeno recente marcado pela pressão sobre os recursos naturais da região que tem levado indígenas a situações de vulnerabilidade intensa. Frotas pesqueiras vindas de Manaus, entre outras cidades, vêm causando danos ambientais de grande monta. Essas frotas fazem incursões sobre lagos de forma desordenada diminuindo recursos e impactando áreas utilizadas por essas etnias. Empresas madeireiras também têm atuado na região subornando lideranças indígenas e ribeirinhos para retirar madeira ilegalmente. Essa situação, portanto, vêm diminuindo os estoques dos recursos naturais tanto para indígenas quanto para ribeirinhos que, para garantir sua reprodução socioeconômica, vêm realizando casamentos interétnicos para garantir o acesso às Terras Indígenas -TI onde os estoques da natureza ainda estão garantidos. Este trabalho apresenta esta realidade pré-moderna, onde a mudança na configuração da população emerge de fenômenos de fronteira mascarados por uma nova roupagem.

Palavras-chave: identidade, recursos naturais, indígenas, rio Purus.

1. Apresentação

Este trabalho tem como tema a relação entre população indígena e população tradicional ribeirinha dentro do contexto do médio rio Purus. Tem como objetivo central responder a seguinte questão: como se reordenam as relações sociais estabelecidas entre a população indígena e a população tradicional no médio rio Purus diante das mudanças resultantes dos fenômenos de fronteira?

Para responder a esta questão este trabalho está dividido em três seções. A primeira apresenta as reflexões teóricas necessárias à definição do objeto de investigação, assim como permite refinar o instrumental teórico capaz de interpretar o cenário no qual se inserem populações tradicionais e indígenas no médio Purus. A segunda seção descreve o campo, assim como apresenta os dados que permitem analisar o objeto investigado. Por fim, uma última seção, apresenta as análises conclusivas relativas à interlocução entre teoria e dados coletados.

2. Populações tradicionais e indígenas no médio rio Purus

A Amazônia, região situada no hemisfério sul do continente americano, ocupa uma área total de mais de 6,5 milhões de quilômetros quadrados, fazendo parte do território de nove países: Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Suriname, Guiana e Guiana Francesa.

Constituindo 85% do total do território amazônico, a Amazônia brasileira é integrada pelos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, além de parte dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. Sua área é de 5,2 milhões de km², correspondente a 61% do território nacional, com 16,5 milhões de habitantes, configurando 12% da população do país e apresentando uma densidade demográfica de 3,2 habitantes/km² apenas (SIVAM, 2006).

O rio Purus configura-se como um dos afluentes do rio Amazonas e está localizado ao sudoeste da região amazônica. A área percorrida por este rio ainda é bastante despovoada apresentando poucas cidades, sendo estas de pequeno porte. Como exemplo é possível citar Lábrea e Canutama, duas cidades limites no lócus deste trabalho¹. Segue

¹ Lábrea está distante cerca de 95km de Canutama. Em barco a motor, corresponde a aproximadamente 24 horas de viagem.

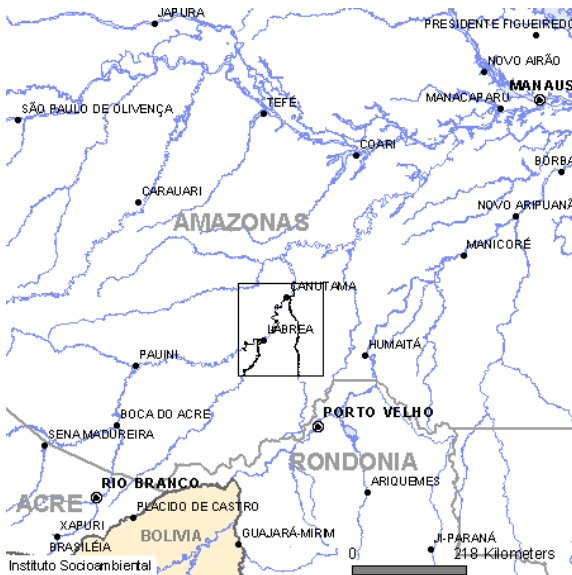
abaixo um mapa do Brasil indicando onde se localiza a região e em seguida um mapa da mesma:

Mapa 1: Mapa hidrográfico do Brasil - Rio Purus



Fonte: www.socioambiental.org.br, acesso em 10/11/2006.

Mapa 2: Percurso Lábrea/Canutama



Fonte: www.socioambiental.org.br, acesso em 10/11/2006.

A literatura que versa sobre a região amazônica apresenta a abundância e diversidade social e ambiental como características que marcam essa área do planeta como área de fronteira (CASTRO & HEBETTE, 1989).

Pode-se colocar como exemplo as observações de BECKER. Para a autora essa região configura-se como:

Uma fronteira gigantesca. Porção equatorial e mais larga do território brasileiro, a Amazônia participa da massa continental sul-americana. Vista a partir do cosmos, a Amazônia sul-americana corresponde a 1/20 da superfície terrestre, 2/5 da América do Sul, 3/5 do Brasil, contém 1/5 da disponibilidade mundial de água doce e 1/3 das reservas mundiais de florestas latifoliadas, mas somente 3,5 milésimos da população mundial. Definida pela fantástica massa florestal, a Amazônia sul-americana com 6500000km² envolvem além do Brasil sete países fronteiriços (BECKER, 1998 p. 9).

Ainda sobre a Amazônia MAUÉS (1999) descreve a riqueza de fauna e flora da região:

Existem, na hiléia amazônica, infinitas formas de associação complexas de vida. A Amazônia é o maior repertório de seres-vivos da Terra. Biólogos avaliam que ali se encontram, pelo menos, 1.500.000 a 2.000.000 de espécies, entre animais e vegetais. Delas, apenas 500 mil estão descritas e classificadas taxonomicamente. Por esse motivo, a Amazônia é um paraíso para os biólogos, zoólogos e botânicos (VALEVERDE apud MAUÉS, 1999, p. 58).

Mais à frente o autor chama a atenção para outra diversidade importante:

Quero argumentar que uma outra grande riqueza da Amazônia é a sócio-diversidade. Essa riqueza se expressa no grande número de povos indígenas, com diferentes idiomas e costumes, constituindo uma etnodiversidade que deve ser preservada pelo respeito à vida e ao modo de

vida dessas pessoas, bem como para o enriquecimento do patrimônio cultural da humanidade. Ao lado dessa diversidade étnica indígena, temos populações regionais não índias, entre as quais se incluem também algumas categorias étnicas – caboclos, seringueiros, pescadores, camponeses, garimpeiros, ribeirinhos, negros remanescentes de quilombos, urbanitas, pessoas de todas as classes e categorias sociais – que portam uma diversidade muito grande de formas de organização social e de patrimônio cultural que, por sua vez, também merecem todo o respeito (MAUÉS, 1999 p. 58).

A abundância e diversidade que marcam o meio ambiente, assim como o cenário social da Amazônia, demandam um olhar mais próximo capaz de traduzir as especificidades encontradas. É nesse sentido que o rio Purus deve ser olhado: um cenário marcado por especificidades locais.

2.1 Povoamento da Amazônia

O processo de ocupação do continente americano é de aproximadamente 30 mil anos. A teoria mais aceita no meio acadêmico acerca deste assunto refere-se à última glaciação. Com algumas mudanças climáticas provocadas pela alteração no eixo de rotação da terra, o norte do planeta ficou em condições de frio intenso na maior parte de seus continentes, onde o congelamento marcava a paisagem da superfície terrestre. Todavia, devido ao gelo excessivo e a baixa dos níveis do mar, o estreito de Bering se transformou em uma imensa ponte entre os continentes americano e europeu. Desta forma, alguns caçadores siberianos puderam penetrar facilmente no continente americano iniciando a ocupação humana nessa região do planeta².

Assim, a partir desta teoria, o *homo sapiens* chegou à América formando civilizações de culturas complexas marcadas pela riqueza de artefatos materiais, simbologia e religiões. Entre elas, fazem parte do imaginário do senso comum as civilizações Maias, Incas e Astecas. A Amazônia brasileira pode contribuir com esse cenário de civilizações

² Fonte: www.socioambiental.org.br

variadas através da presença em seu território dos povos Tupi, Marajoara, entre outros que percorreram a região.

Seguida à ocupação pré-colombiana a Amazônia é alcançada pelo processo colonizador português. Segundo CARDOSO & MULLER (1977) este processo pode ser dividido em 4 grandes devassamentos³: o primeiro corresponde à época das navegações⁴; o segundo refere-se ao período da borracha; o terceiro vincula-se às décadas de 1920/1930 com as frentes pioneiras agropecuárias e minerais; o quarto e último devassamento foi marcado pelos grandes projetos da Ditadura Militar nos anos de 60 a 80⁵.

Todos estes devassamentos deixaram suas cicatrizes na história da Amazônia, caracterizados pelo intenso extrativismo, sem nenhuma preocupação ou respeito com a lógica da população nativa.

Vale, então, retomar a Amazônia na perspectiva de fronteira. Esta deve ser visualizada no sentido de ser sempre o espaço desabitado, lugar desconhecido, nas palavras de BECKER (1998): "... a fronteira como espaço vazio, noção que estrategicamente serve de válvula de escape a conflitos sociais em áreas densamente povoadas e de campo aberto para investimentos" (p.10).

2.2 Populações tradicionais e indígenas

É possível verificar diversos atores sociais interagindo no Médio Purus. Entre tais atores as populações tradicionais, especificamente suas práticas de reprodução socioeconômica e cultural, constituem-se como foco deste trabalho. Durante a pesquisa averiguou-se que o perfil da população local está diretamente relacionado ao ciclo das águas na região. O calendário anual das atividades produtivas dessas populações encontra-se diretamente relacionado ao ambiente. As atividades de subsistência refletem a dinâmica do rio, já que as escolhas para o período dessas atividades estão relacionadas aos

³ Esses devassamentos são no sentido de penetração territorial, de propriedade das terras, minas e florestas, sendo esta penetração caracterizada pela grande intensidade de extrativismo presente.

⁴ CARDOSO & MULLER (1977) definem as *navegações* como o ciclo econômico conhecido pela coleta das drogas do sertão. Uma vasta literatura sobre essa temática pode ser consultada (COSTA, 1992).

⁵ A literatura sobre o avanço do capitalismo sobre a fronteira pode ser averiguada em CASTRO & HÉBETTE (1989) e COSTA (1992).

movimentos de enchente (outubro a fevereiro), cheia (março a maio), vazante (junho a julho), e seca (agosto a setembro), como se verifica no quadro abaixo.

Quadro 1: Dinâmica do rio, calendário anual e atividades do ribeirão do Purus.

Período do Rio	Enchente	Cheia	Vazante	Seca
Período do Ano	Dezembro a início de Fevereiro	Fim de Fevereiro a início de Maio	Fim de Maio a Julho	Agosto a Novembro
Cultivo da Mandioca de várzea	Roça e Colheita	Nada	Plantação (Julho)	Plantação (Julho) e Roça (quando necessário, em geral mês sim mês não)
Pesca	Sim (no período de defeso, 03/11 a 15/03, somente para consumo)	Sim	Sim. Fica mais intensa a partir de junho, pois é quando o rio está praticamente seco, aumentando a piscosidade.	Sim (no período de defeso, 03/11 a 15/03, somente para consumo).
Extração	Bastante	Bastante (principalmente a Castanha, sendo seu ápice em março)		

Fonte: CAÑETE, 2009.

Segundo Arruda (1997) e Lima & Alencar (2000) população tradicional refere-se a todo grupo humano com um modo de vida específico, com contato pouco intenso e dependente em relação à sociedade envolvente e que apresenta um saber específico para sua reprodução social, no trato com a natureza e no saber sobre o meio ambiente. Nesse sentido, a população que habita o médio rio Purus pode ser vista como população tradicional, como acima descrito.

de
da
Purus
Terras
se
quadro



Figura 1: Ribeirinho e ex-seringueiro em uma entrevista na Comunidade São João do Apitua (Lábrea).

Somado a esse quadro de definições é possível encontrar a presença de população indígena no cenário do médio rio ocupando diversas Terras Indígenas-TI's, como pode ser observado no quadro a seguir.

Quadro 2:
Terras Indígenas no percurso

Lábrea/Canutama.

Terra Indígena	Grupo Indígena Habitante
Paumari do Lago Manissuã	Paumari
Paumari do Lago Paricá	Apurinã Katukina Paumari
Paumari do Lago Cuniuá	Katukina Paumari
Banawa	Banawá Yafi
Hi-Merimã	Marina
Jarawara/Jamamadi/Kanamati	Jarawara/Jamamadi/Kanamati
Paumari do Rio Ituxi	Paumari
Caititu	Apurinã; Jamamadi; Paumari
Paumari do Lago Marahã	Apurinã; Paumari

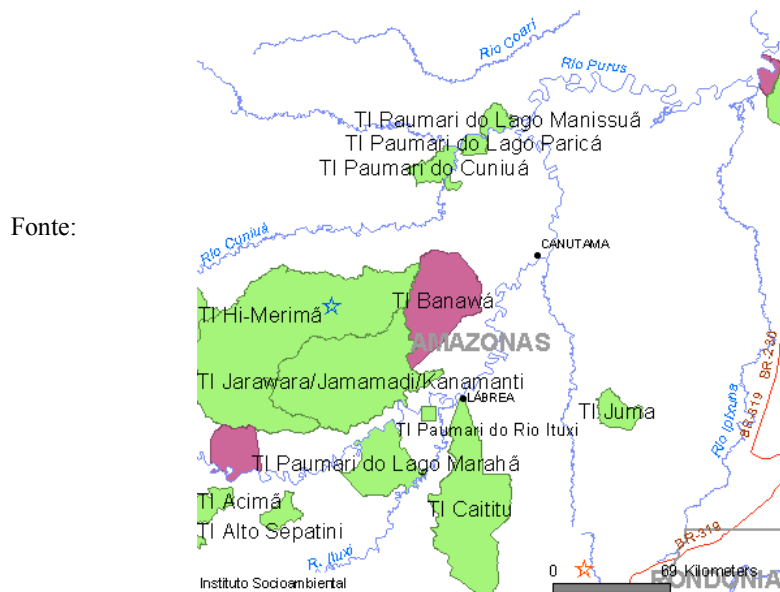
Fonte: www.socioambiental.org.br, acesso em 11/11/2006.

São ao total 9 (nove) TI's no percurso entre Lábrea e Canutama. Esse quadro pode ser interpretado como uma restrição do acesso da população tradicional às terras que tradicionalmente eram de livre acesso para a mesma. Há, também uma forte interface entre a população indígena e a população das sedes municipais, já que a mobilidade de indígenas para o centro de Lábrea e Canutama é freqüente em decorrência da própria proximidade destas cidades às TI's⁶.

A imagem a seguir permite visualizar o quadro de restrição vivenciado pelas populações que habitam as margens do rio Purus para o acesso aos recursos naturais.

⁶ O centro urbano de Lábrea se encontra dentro da TI Caititu.

Mapa 3: Terras Indígenas percurso Lábrea - Canutama



www.institutosocioambiental.org.br (acesso 19/03/2007).

A imagem evidencia a presença de áreas indígenas entre os municípios de Lábrea e Canutãma limitando o acesso da população que vive às margens do rio às áreas de terra firme onde há caça e se pode fazer a coleta, além da presença de lagos para a pesca.

3. Metodologia e Análise dos dados

A estratégia metodológica adotada optou pela abordagem qualitativa e quantitativa junto à população tradicional.

Foram realizadas três viagens a campo, com a duração média de 10 a 15 dias. A primeira foi realizada no mês de setembro de 2006, enquanto que a segunda e a terceira concretizaram-se respectivamente em maio e dezembro de 2007. Na primeira e última viagem fez-se o percurso de subida da calha do rio no percurso entre Lábrea e Manaus, proporcionando a coleta de dados primários junto à população local.

A primeira viagem teve um caráter de “survey”, enquanto que as outras aprofundaram questões levantadas nesse primeiro trabalho de pesquisa. A segunda viagem a campo foi realizada via aérea.

A coleta de dados se deu através de entrevistas com moradores das localidades encontradas na calha do rio Purus. Foi realizada também a aplicação de questionários junto

a essa população ribeirinha, com observação direta de algumas atividades diárias da população, ademais das informações detalhadas no caderno de campo.

3. 1 Análise dos dados

É possível verificar diversos atores sociais interagindo no Médio Purus. Entre tais atores as populações tradicionais, especificamente suas práticas de reprodução socioeconômica e cultural, constituem-se como foco deste trabalho. Durante a pesquisa averiguou-se que o perfil da população local está diretamente relacionado ao ciclo das águas na região. O calendário anual das atividades produtivas dessas populações encontra-se diretamente relacionado ao ambiente.

Diante dos dados é possível inferir que a realidade da população está permeada de abundância, sendo esta também no sentido de atores e perfis sociais existentes. Conseqüentemente as estratégias de reprodução social também serão em grande número e diversificadas.

Resulta, então, que a população tradicional do rio Purus não apresenta uma homogeneidade no seu processo de reprodução social, pois não se pode dizer que essa população apenas pesca, ou que pesca e planta, ou que apenas planta. Tais atividades dependem da localização da comunidade, o que definirá onde a mesma irá plantar, pescar, extrair matéria-prima da floresta, ora para consumo, ora para o comércio, migrar para a cidade em função da cheia, etc. Enfim, são inúmeras as estratégias de sobrevivência empregadas pela população tradicional pesquisada. Este grande número de estratégias se dá em função da dinâmica que o rio Purus apresenta. Explica-se: os períodos de enchente, cheia, vazante e seca do rio influenciam nas escolhas da população local. É possível verificar este fato também nas diferenças existentes entre as comunidades, visto que algumas são construídas em cima de palafitas, outras se apresentam em forma de flutuantes, outras encontram-se em terra firme ou na várzea, etc.

4. Conclusões

É possível aferir de tais resultados a existência de uma imensa diversidade nas estratégias de sobrevivência das populações tradicionais, gerando também uma ampla diversidade cultural que, por sua vez gera as especificidades locais de cada povo, vila, comunidade, etc.

A Amazônia novamente aparece como um universo que contem várias realidades, ou seja, é possível comparar a Amazônia a uma espécie de imenso mosaico de realidades.

Percebe-se, então, as inúmeras estratégias de sobrevivência utilizadas pela população tradicional para driblar as dificuldades às quais estão submetidas, sendo que o rio tem um importante papel dentro deste cenário, ora como protagonista ajudando essa população com o peixe ou transformando-se no seu local de morada; ora como antagonista sendo o responsável por cheias devastadoras ou secas violentas. Com isso, faz-se relevante argumentar que o saber local apresenta-se como um importante elemento para os tomadores de decisões, principalmente dentro do cenário de abundância e especificidades da Amazônia.

Porém, faz-se imperioso notar que o paradigma de abundância antes presente na realidade local, hoje pode ser questionado, já que a abundância que visualiza os recursos extraídos da natureza como infinitos é colocada em teste diante das mudanças climáticas planetárias. Esta diminuição vem configurando-se em mais uma forma de estabelecer relações entre os povos tradicionais, para driblar novamente as dificuldades impostas pelo meio, no caso dessa população, o rio Purus.

A interação observada entre população tradicional e indígenas mostra-se permeada por um jogo de interesses, no qual o ribeirinho irá utilizar a identidade indígena como passaporte para o uso de Terras Indígenas. Explica-se: outrora o índio era visto como selvagem, em contraste com a nossa “civilização”, logo era visto de uma forma negativa (LIMA AYRES, 1992). Com o passar do tempo, os problemas ambientais que vem ocorrendo forçam o governo a tomar medidas de proteção ambiental, com isso a liberdade dos ribeirinhos é parcialmente ceifada em alguns pontos, cerceando o seu direito a uso da terra, colocando-os em situações de não mais abundância, mas sim escassez. Com isso a relação com o indígena significa um passaporte para o uso da Terra Indígena, e, conseqüentemente, a saída desse estado de escassez. Desta forma, algumas relações entre indígenas e população tradicional são montadas, e algumas estratégias são planejadas, como por exemplo, o casamento entre indígenas e ribeirinhos.

Desta forma salienta-se a importância das relações existentes entre populações indígenas e populações tradicionais ribeirinhas, dentro do cenário de fronteira acima exposto. Uma teia de relações entre estes povos é criada, exercendo uma marcante influência dentro de seus cotidianos, sendo esta influência tanto dos ribeirinhos para com os indígenas como os indígenas para com os ribeirinhos.

Referências

ARRUDA, Rinaldo. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. Revista Ambiente & Sociedade - Ano II - No 5 - 2o Semestre de 1999.

BECKER, Berta K. Amazônia. São Paulo: Editora Ática, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique; MULLER, G. Amazônia: expansão do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CASTRO, E. M. R. de, & HÉBETTE, Jean, orgs. Na Trilha dos Grandes Projetos. Modernização e Confronto na Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

COSTA, Francisco de Assis. Ecologismo e Questão Agrária na Amazônia. Belém: SEPEQ/NAEA/UFPA, 1992.

LIMA, Débora Magalhães & ALENCAR, Edna Ferreira. Histórico da ocupação humana e mobilidade geográfica de assentamentos na várzea do médio Solimões. In: População e Meio Ambiente: debates e desafios. São Paulo: SENAC, 2000.

LIMA AYRES, Deborah de Magalhães (1992) The Social Category “Caboclo”: history, social organization, identity and outsiders identification of the rural population of an Amazonian region. Tese de doutorado, Universidade de Cambridge, Inglaterra (mimeo).

INTITUTO SOCIO AMBIENTAL - Capturado em 10.11.2006 do sitio – www.socioambiental.org.br

MAUES, Raymundo Heraldo. Uma outra “invenção” da Amazônia. Belém: Cejup, 1999.

SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA - Capturado em 16.11.2006 - <http://www.sivam.gov.br>

